Programa REM MT

Subprograma Territórios Indígenas



Relatório da 8ª Reunião de Governança Indígena

Cuiabá, outubro de 2022

Programa REM MT

Subprograma Territórios Indígenas

Governo do estado do Mato Grosso

Mauro Mendes

Secretaria de Meio Ambiente do estado do Mato Grosso

Mauren Lazzaretti

Coordenação do Programa REM MT

Lígia N. Vendramini

Coordenação do Subprograma Territórios Indígenas

Marcos Ferreira

Maria Paula Vanucci

Equipe de elaboração - Aripuá Consultoria Socioambiental

Magaly Medeiros

Raquel Yury Koyanagui

Apresentação

O Subprograma Territórios Indígenas, no âmbito da estrutura do Programa REM MT, é composto por três Eixos Temáticos: Fortalecimento Institucional, Governança e Apoio a Projetos Indígenas. No eixo Governança está prevista a realização de reuniões da Comissão de Governança Indígena, órgão de assessoramento com poder deliberativo e vinculado à Coordenação do Subprograma.

A 8ª Reunião Extraordinária de Governança Indígena do Subprograma Indígena do Programa REM MT, realizada em 06 de outubro de 2022, no auditório da Secretaria de Estado de Meio Ambiente (SEMA) teve como objetivo apresentar uma proposta do Subprograma Territórios Indígenas para a segunda fase do Programa REM MT, elaborada pela consultoria contratada.

Nesse contexto, apresentamos neste referido documento o relato, por meio de transcrição de gravação, da apresentação da proposta e das discussões e recomendações ocorridas por parte dos membros da Comissão de Governança Indígena, que participaram no formato presencial e virtual. A reunião contou com 26 participantes entre membros titulares das Regionais, membros de instituições de governo, contando ainda com a participação virtual de alguns representantes, além de convidados que se fizeram presentes.

Participantes

Nº	Nome	Regional / Instituição	Presencial/Virtual
1	Crisanto Rudzo Tseremey'wá	Presidente da FEPOIMT	Presencial
2	Eliane Xunakalu	Assessora da FEPOIMT	Presencial
3	Kaianaku F. Kamaiurá	Assessora da FEPOIMT	Presencial
4	Edimar Rodrigues Roaribo Kajejeu	Assessor da FEPOIMT	Presencial
5.	Medino Maizeeki	Assessor da FEPOIMT	Presencial
6	Crizanto Junior	Assessor da FEPOIMT	Presencial
7	Iranildes Rodrigues	Takiná	Presencial
8	Dilma Mani Kayabi	Takiná	Presencial
9	Teresa Haliti Paresi	Titular Regional Cerrado Pantanal	virtual
10	Eliel Jorge Rondon	Titular Regional Norte Kayapó	Presencial
11	Angelton Arara	Titular Regional Noroeste	Presencial
12	Jaime Rikbatsa	Suplente Regional Noroeste	Presencial
13	Luiz C. Tserewatsitsi Tseremey'wa	Titular Regional Xavante	Presencial
14	Pio Xavante	Regional Xavante	virtual
15	Yanakulá Kayabi Suiá	Titular Regional Xingu	virtual
16	Ligia Nara Vendramin	Coordenadora Geral REM MT/SEMA	Presencial
17	Marcos Antonio Camargo Ferreira	Coord. Subprograma TI/REM MT	Presencial
18	Maria Paula F. Vanucci	Assessora Sênior REM MT	Presencial
19	Suely da Costa Campos	Membro Titular CMCR+/SEMA	Presencial
20	Luiz Francisco Tegon de Pinho	Membro Suplente CMCR/+/SEMA	Presencial
21	Carolina Delgado	Membro Titular FUNAI	virtual
22	Renata Costa	Membro Titular GIZ	virtual
23	Dante Coppi Novaes	Membro Titular FUNBIO	virtual
24	Macel Viegerver	Consultor	Presencial
25	Josana Guedes	Assessora Administrativa - REM MT	Presencial
26	Fernanda Fidelis	Assessora Comunicação - REM MT	Presencial
27	Odila de Souza	Convidada	Presencial

Abertura

Coordenador Marcos Antônio Camargo Ferreira

O **Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas e Presidente da Comissão Marcos Ferreira** deu início aos trabalhos e perguntou à Governança Indígena, se todos concordavam que as pessoas presentes pudessem assistir à reunião de governança, uma vez que ele não ele não teria esse poder de decisão, pois apenas os indígenas votam e podem concordar com a participação de pessoas que não são membros de acompanhar a reunião.

"Acho que este seria o primeiro ponto, para decidirmos se todos que não são membros, podem ou não acompanhar a reunião de governança. Colocamos em votação? Pode falar Crisanto."

Crisanto, Presidente da FEPOIMT, esclareceu a confusão.

"O Jaime e o Angelton Arara são novos membros pela Região Noroeste, o Luís continua na Regional Xavante, Eliel continua na regional Norte Kaiapó. A Kayanaku e o Edimar, são assessores da FEPOIMT e estão acompanhando por estarem próximos à renovação da Diretoria e dos demais órgãos internos da federação. Eu sei que o assunto não tem nada a ver com a questão externa dos povos indígenas, não quero me aprofundar, mas assumo essa responsabilidade e estou convidando o Presidente do conselho fiscal e membro dos Paresi, para que nessa reta final acompanhe e possa sanar qualquer dúvida, afinal, são porta-voz dentro do universo indígena. O Luís, presidente do conselho deliberativo e membro da governança, está aqui para sanar qualquer dúvida, tendo em vista a própria eleição da FEPOIMT, pretendemos minimizar ao máximo as tensões e dúvidas, não só por título, mas também pelo número de militantes do movimento indígena. O representante Paresi é o nosso membro mais experiente, atualmente, nesse mandato que finda dentro da FEPOIMT. Nesse sentido, ele se faz presente aqui. Quanto à dona Odila, é minha esposa que está me acompanhando por questões da minha saúde. Então essas são minhas justificativas".



Figura 1 - Presidente da Comissão de governança indígena e Coordenador do Subprograma Territórios Indígenas à esquerda e Presidente da FEPOIMT à direita

Desenvolvimento das Atividades

Visão geral da execução do Subprograma Territórios Indígenas Fase 1

Coordenador Marcos Antônio Camargo Ferreira

Marcos Ferreira fez um breve histórico do Subprograma Território Indígena e do andamento das atividades até o momento.

"O Programa REM MT, como já foi dito várias vezes, é um pagamento por resultado ao estado de Mato Grosso por uma política que reduziu o desmatamento no intervalo de tempo de 2004 a 2014. Reconhecendo esse esforço que o MT teve para reduzir o desmatamento como um todo, tanto o governo alemão quanto o governo britânico fizeram em função de algumas políticas que já existiam e de alguns projetos que o estado tem, principalmente a Estratégia Produzir, Conservar e Incluir (PCI), o estado recebeu o recurso. Os doadores fizeram esse pagamento, mas colocaram algumas condicionantes, como o estado poder usar um percentual de 40% para o combate ao desmatamento e incêndios florestais. O percentual de 36,6% ficou para a agricultura familiar, onde também entram os povos indígenas e comunidades tradicionais beneficiárias da execução. O percentual de 10,2% foi usado para a questão da agropecuária e para o manejo florestal, que também é uma política apoiada pelo projeto e o percentual de 13,2% para ser exclusivamente utilizado com os povos indígenas. Para definir como seria usado esse percentual foi elaborada uma proposta com base nas várias assembleias realizadas, que construíram o subprograma território indígena, dizendo como seria executado o recurso. E para validar a proposta foi discutida na

governança do subprograma, onde todos falam, mas apenas os indígenas têm poder de voto e decidem o uso do recurso".

"O subprograma abrange praticamente todo o estado. O estado tem 900.000 km², 3 biomas, Floresta ao norte, Cerrado ao meio e Pantanal ao sul. Tem os territórios e as subdivisões das regionais da FEPOIMT, que é uma subdivisão administrativa e política da própria FEPOIMT. Os projetos foram pensados de forma a atender todas as 7 regionais. Em função da pandemia, nós não pudemos publicar os editais para que todos pudessem concorrer com os projetos dos indígenas, porque haveria trânsito de não indígenas dentro das aldeias. E aí foi pensado um plano emergencial proposto pela FEPOIMT e validado pela governança, executado mediante aglutinadoras que foram escolhidas pelas próprias regionais. Essas aglutinadoras receberam recursos e executaram os projetos nas regionais. Bom, como isso aconteceu? Houve reunião da governança indígena aprovando um Plano Emergencial de Enfrentamento a Covid-19, como proposta de fortalecimento. Um tema que entrou posteriormente foi o de brigadas de incêndios florestais, porque nesse ano da execução, foi o ano em que o estado mais queimou, sendo o tema aprovado para inserção no plano emergencial. As aglutinadoras selecionadas foram: Instituto Raoni, Associação Terras Indígenas do Xingu (ATIX), Instituto Centro de Vida (ICV), The Nature Conservancy (TNC)".

"A estrutura da governança, como todos entendem, envolve os representantes das regionais, da FEPOIMT e da Takiná, esses são os que votam efetivamente. No círculo azul em volta, fazem parte da governança a Funai, Funbio, GIZ, a SEMA, a SESAI, a casa civil, embora não esteja muito presente, mas no regimento interno ela faz parte, assim como a coordenação do REM. Externamente temos os atores que nos apoiaram executando o plano emergencial, sendo: as aglutinadoras e a GOPA, que é a Consultoria Internacional do programa, que participa de todos os momentos de solicitação e execução dos recursos. É um procedimento, passar documentos pela GOPA para validação e depois pedir uma não objeção do banco doador. Os projetos aprovados são contratados pelo FUNBIO".

"Quanto aos resultados, as deliberações da quarta reunião de governança, da quinta e da sexta reunião de governança, decidiram sobre: o Projeto de Combate e Prevenção de Incêndios Florestais; Aprovação dos Editais dos Projetos Estruturantes e Locais; Recondução e recomposição dos membros da governança; Revisão do Regimento Interno; Arquitetura para programa de formação de agentes ambientais e; Seminário de Gestão Territorial e Ambiental. Em relação a este último, teremos que reprogramar as datas já decididas porque vão coincidir com os dias da Assembleia Geral da FEPOIMT, inclusive, reprogramar a data da próxima reunião de governança. Quanto ao projeto de prevenção e combate a incêndios florestais, os locais escolhidos foram em função dos dados fornecidos pela Funai dos 3 territórios onde havia um maior número de focos de calor no estado. Os editais dos projetos estruturantes e locais já foram aprovados e estão em fase de contratação neste momento. Nós tivemos a recondução na sétima reunião de governança, da equipe de governança e o regimento interno nós temos que fazer uma revisão, tivemos uma convocação de reunião, e infelizmente ela foi fracassada, nós não conseguimos reunir todas as pessoas na data prevista. Então, vai ser feita uma nova convocação, para que fique claro para as pessoas que não estavam presentes na reunião. Foi lançado o edital para um especialista desenhar uma proposta para agentes agroflorestais indígenas de Mato Grosso. Até o momento, o programa

beneficiou 39 povos e 64 terras indígenas, sendo que esse número inclui 09 macroregionais na TI Xavante, como são chamadas pela TNC" .

"O Programa tem meta e objetivos, a meta inicial era atingir 35 organizações indígenas, foram alcançadas 38 organizações indígenas, 383 comunidades foram beneficiadas até o momento deste relatório e a meta eram 150 comunidades. Quanto à distribuição dos projetos locais, a regional noroeste, teve 14 projetos locais e o valor que foi empregado foi de R$1.398.300,00, aplicado principalmente na segurança e soberania alimentar, beneficiando 14 terras indígenas e 11 povos"

O Coordenador do subprograma mostrou as fotos destacando o que foi entregue na região noroeste, tais como: aquisição de embarcação para o Povo Cinta Larga, aquisição de carro para o povo Suruí. A regional Vale do Guaporé, que concentrou ações na segurança alimentar, com 9 projetos locais, 5 terras indígenas beneficiadas, 2 povos beneficiados - Chiquitano e Nambikwara e o valor utilizado foi de R$717.600,00. Mostrou as fotos destacando o que foi executado no vale do Guaporé, tais como aquisição de carretinhas para distribuição de alimentos e aquisição de equipamentos para escritório, implantação de algumas culturas. Na Regional Cerrado-Pantanal, informou que as ações foram de aquisições de tratores, aquisições de motores e plantio de sementes, também trabalhando com a questão da segurança alimentar. Na regional Xavante foram utilizados R$2.000.000,00, com 9 Terras Indígenas beneficiadas em 13 macrorregiões, com ações de segurança e soberania alimentar e gestão territorial apoiada pela aglutinadora TNC.

"Talvez para quem não tenha acompanhado pode perguntar, por que um recebeu 2 milhões e outro recebeu 700 mil? Isso foi em função do número de pessoas que vivem em cada regional, sendo a distribuição igualitária"

Mostrou as fotos da regional Xavante com aquisições, realização do seminário de gestão e entrega de insumos para agricultura Xavante. No médio Araguaia, as ações também se concentraram em segurança alimentar e soberania territorial, bem como na construção de barreiras para o trânsito de não indígenas. Foram executados R$717.600,00 em 6 projetos locais, beneficiando 05 povos e 06 Terras Indígenas. Mostrou as fotos do seminário de gestão ambiental e territorial e da entrega de kits para o fortalecimento da agricultura local. A ATIX, recebeu R$1.145.000,00. Também se concentrou na questão de segurança e soberania alimentar e de saúde indígena, com 13 projetos locais, em 4 Terras Indígenas e 14 povos beneficiados. Mostrou as fotos de algumas entregas feitas na Terra indígena do Xingu: telas para galinheiro para a criação de galinhas. A Terra Indígena do Xingu também fez construção de barreiras para evitar o deslocamento de não indígenas dentro da Terra Indígena durante a pandemia. O Instituto Raoni, trabalhou com a regional Norte Kaiapó, executou 7 projetos locais, concentrando em segurança e soberania alimentar e saúde comunitária. Teve o recurso disponível de R$842.901,30 para execução de 7 Projetos Locais em 06 Terras Indígenas, beneficiando 09 povos. Mostrou algumas fotos d execução do sistema agroflorestal e construção da casa do pajé e do barracão de mandioca.

"Houve também o projeto de fortalecimento da FEPOIMT, com realização de reuniões com embaixadores; execução de campanhas contra racismo; entrega de cesta e campanha de comunicação. O primeiro projeto da FEPOIMT executado, teve três aditivos e totalizou R$1.824.000,00. O projeto da segunda fase da

FEPOIMT tem a propositura de R$5.200.000,00 e está em fase de readequação, mas parte desse recurso está sendo usado diretamente. Então, quando for aprovado não terá mais R$5.200.000,00".

"As chamadas de projetos, tiveram projetos locais e projetos estruturantes, R$7.000.000,00 aprovados para 7 Projetos Estruturantes, um em cada regional e R$3.166.000,00 para 16 projetos locais aprovados. Na verdade, teve um número maior de projetos aprovados, mas não tínhamos recursos para apoiar todos. Foram recebidas 53 propostas de projetos, sendo 19 projetos estruturantes e 34 projetos locais. Tem um Comitê Técnico, composto pela SEMA, FUNAI, GIZ, Instituto Federal de Educação, UFMT, Unemat, e a própria Gopa que analisa e aprova todos os projetos, ninguém sabe o que cada um está analisando, cada projeto é enviado para 3 profissionais de instituições diferentes, que responde diretamente ao Funbio. O Funbio reúne todas as análises e apresenta o resultado. Quando tem notas muito discrepantes entre si, os analistas se reúnem para entender o que foi que cada um entende de diferente e porque as notas ficaram tão distintas, mas a maioria dos projetos tiveram notas próximas e não houve essa necessidade de discutir. Então, o Comitê se reuniu, apresentou a nota de todos, essas entidades tinham a chance de dizer se concordavam ou não concordavam, e tudo isso foi feito durante 2 ou 3 reuniões, o resultado final foi o apresentado. É um processo muito transparente de pessoas ligadas a outras instituições que fazem esse trabalho voluntariamente. Esse é um trabalho que demanda muito tempo, umas 20 horas ou mais de trabalho de cada um, pra ler todos os projetos e colaborar nessa escolha dos processos dos projetos. Foi dessa forma que elegemos os projetos.

"Sobre os desafios, a gente passa pelos desafios do território, do subprograma que a gente tem que pensar todos juntos, um dos principais é a particularidade do tempo indígena e o tempo administrativo de órgãos públicos, que decorrem de forma diferente. Somos obrigados a atender vários critérios, temos que fazer um exercício permanente de conciliar esses 2 termos, conciliar o tempo indígena com esse tempo burocrático. Para que a gente nem precise ter reuniões como tivemos ontem, tudo tem que ser programado e planejado o que vai ser executado. É um exercício que nós vamos ter que fazer, portanto, tanto a governança quanto o próprio REM se antecipa sempre. Temos que desenvolver uma estratégia para melhorar as capacidades técnicas, mas o que ocorreu nessa última chamada. O que foi percebido é que nas regionais onde havia assessoria de instituições como a TNC, ICV ou outra instituição indigenista, eles tiveram muito mais projetos apoiados. Uma instituição indígena, que às vezes tem dificuldade até de internet, que não consegue mandar o projeto, foi prejudicada. Têm regional que não tem nenhum projeto local aprovado, eles mandaram os projetos, mas como a equipe técnica colocou um parâmetro e tinha muitas associações indígenas que tinham apoio, os projetos ficaram melhor classificados. Então, um ponto de atenção que a governança tem que levar para as suas próximas reuniões, quando a gente for falar em nova chamada, é pensar nisso. Tem muita coisa importante, mas acho que Marcel tem que apresentar a visão dele do que foi feito até aqui e apresentar a proposta da segunda fase do REM para a gente, depois a gente abre para discussão".



Figura 2 - Apresentação dos avanços do Subprograma Territórios Indígenas Fase 1

Visão geral do Programa REM MT para a FASE 2

Consultor Macel Viergever

"Fui contratado para elaborar uma proposta para a segunda fase do Programa REM MT. Num primeiro momento preparei uma sistematização do que foi feito até agora na primeira fase. Num segundo momento, fiz reunião entre a equipe da coordenação, com base nessa sistematização, do que foi feito. Na visão de uma pessoa de fora, elaborei uma proposta para provocar a discussão entre as pessoas da equipe da coordenação. É com base nessa provocação que estamos iniciando nossa primeira reunião. O segundo passo desse processo é falar com os beneficiários sobre os resultados. A ideia não é mudar drasticamente nessa segunda fase, vão ter os 4 subprogramas: i. Subprograma de Agricultura familiar e comunidades tradicionais; ii. Subprograma Territórios Indígenas; iii. Produção, Inovação e Mercado Sustentáveis, e iv. Fortalecimento Institucional. Estamos propondo algumas mudanças dentro de cada subprograma. Acho que tem 3 ou 4 pontos antes de entrar na apresentação sobre o subprograma territórios indígenas. Os subprogramas se mantêm, mas não sabemos quanto recurso temos, então, não nos preocupamos com o recurso, faz de conta que vai ter recursos como teve na primeira fase. Isso também já foi discutido de se manter a divisão de 40% para o Fortalecimento institucional e 60% dos recursos para atividades junto com os beneficiários. O argumento principal é que o fortalecimento institucional, a fiscalização e o monitoramento, tiveram avanços importantes, mas até agora o impacto pretendido, de redução das taxas de desmatamento, ainda não se concretizou. O argumento é que estamos no caminho, mas precisamos de mais uma fase para chegar ao impacto pretendido, na redução das taxas de desmatamento. É importante,

também, começar a pensar em como manter as atividades sem esse apoio do programa REM MT, por exemplo, captar recursos por fora ou pensar em organizar os recursos necessários para manter essa fiscalização e monitoramento atual com recursos de outras fontes, estaduais ou nacionais. A preocupação na segunda fase, em algum momento, será de manter o que se começou. Acho que uma discussão que se discutiu e que talvez seja a mudança mais importante, é de se ter um subprograma específico para povos e comunidades tradicionais e, se chegou à conclusão de que talvez o melhor seria incluir um eixo específico para os povos e comunidades tradicionais dentro do primeiro subprograma".

Discussão

Adelino Paresi

"Eu queria só que explicasse um pouco melhor, sobre o trabalho desse subprograma, sobre como vamos manter daqui pra frente, a frequência, se vamos buscar internamente, se já tem algo previsto. Também a questão do fortalecimento institucional, se vai ter uma reunião para que a gente possa discutir isso junto, essa relação, ou se ainda vai haver um tipo de diálogo com vocês para a gente poder traçar melhor".

Crisanto pediu um esclarecimento quando se trata de incluir um eixo específico para povos indígenas e comunidades tradicionais, dentro do subprograma.

Resposta

Macel Viergever explicou que tratou sobre a continuidade a nível do programa como um todo. *"É uma preocupação da segunda fase, que não precisa se preocupar nesse momento pois ainda vão ter 4 anos e com certeza isso vai ser um assunto futuro a ser atendido. Quanto ao Subprograma Território Indígenas ainda vou entrar nos detalhes, explicando quais são as sugestões".*

Macel explicou que não se trata do Subprograma Territórios Indígenas, a sugestão foi de inserir um eixo de atuação no Subprograma de Agricultura Familiar, Povos e Comunidades Tradicionais. *"São os quilombolas, ribeirinhos, esses povos tradicionais que se sentiam um pouco ignorados porque não tinham um espaço específico como têm os povos indígenas no Subprograma Territórios Indígenas".*

Proposta do Subprograma Territórios Indígenas para a FASE 2

Consultor Macel Viergever

***"**Agora vamos entrar no Subprograma Território Indígenas. O primeiro ponto é uma sugestão no Subprograma Fortalecimento Institucional de dar uma atenção para a política do Estado com respeito a assuntos indígenas, essa é a primeira coisa. A proposta é fortalecer essa política, porque se fala muito,*

até agora, da Superintendência de Assuntos Indígenas (SAI) que é muito fragilizada no Estado. Então a proposta é apoiar o fortalecimento da superintendência".

"No Subprograma Territórios Indígenas, a sugestão é juntar o eixo governança no fortalecimento institucional, não para ignorar um ou outro, mas as reuniões de governança também têm muito a ver com o fortalecimento institucional, então, a ideia é só simplificar e deixar 2 eixos se vocês concordarem com isso. Ainda sobre o fortalecimento institucional, que até agora tem apoiado basicamente a FEPOIMT, a proposta é de pensar um pouco mais no movimento indígena no Estado, incluindo também o apoio para organizações de base que já possuem alguma capacidade instalada, no sentido de fortalecer a sua capacidade de informar as comunidades, sobre o que é esse programa REM MT, como fazer propostas, o que são mudanças climáticas, entre outros assuntos".

"Com respeito às Chamadas de Projetos", tivemos agora o Plano Emergencial e também essa nova rodada de chamadas. A proposta é que para os projetos estruturais, seguir um pouco o modelo que está sendo usado pelo Subprograma de Agricultura Familiar, significa que o primeiro passo é uma manifestação de interesse, a Paula chamou isso de sonhos, que eu acho de verdade, ser mais interessante do que manifestação de interesse. Seria uma apresentação dos sonhos, e com base nos sonhos selecionados, com apoio de terceiros, preparar, elaborar um Projeto. Para os projetos locais, a minha proposta é de facilitar, simplificar ainda mais o processo. Tem uma experiência, não sei se vocês conhecem, eu acho que é do Plano Estadual Ambiental da Agricultura Familiar, o plano não existe mais, já terminou. Tem também a experiência com os agentes indígenas agroflorestais no Acre, que começa com a capacitação de agentes comunitários e depois esses agentes vão para as suas comunidades, vão trabalhar com essas comunidades. A identificação dos sonhos, seria dizer qual é a demanda dessa comunidade para realizar dentro dos próximos 4 anos e ajudar as comunidades a preparar uma proposta de projeto, ao mesmo tempo também explicar, informar, disseminar o trabalho que está sendo feito aqui e outras capacidades que a comunidade pode ter sentido falta. Então a proposta é manter as chamadas, mas desburocratizar um pouco essas chamadas, deixar o fortalecimento institucional mais perto das regiões e das comunidades. No momento, as chamadas para os projetos estruturais e os projetos locais são divididos em 9 temas, tais como: infraestrutura, vigilância, meio ambiente, geração de renda, etc., a sugestão é usar esses temas com um pouco de flexibilidade. Esses temas são muito divididos, o que é um pouco acadêmico, um pouco o que a universidade faz, mas para muitos povos indígenas, o ambiente tem a ver com geração de renda, infraestrutura tem a ver também com recursos naturais no território, etc".

"Acho que uma questão importante são os Planos de Gestão Territorial e Ambiental (PGTA), em conformidade com a legislação de PNGATI (Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas). Então, a sugestão é, na segunda fase, fazer um levantamento de quais terras indígenas tem ou não um PGTA, priorizar um pouco a elaboração e implementação destes".

"Em relação aos objetivos do subprograma, não mudou, é valorizar o modo de vida tradicional e sustentável dos povos indígenas, promovendo qualidade de vida, ficou o mesmo do que na primeira fase. O que mudou seria juntar no eixo de fortalecimento, agora, não só da FEPOIMT, mas do movimento indígena. Incluindo também as ações de governança e o apoio da governança".

"Sobre os resultados seriam iguais do que tinha na primeira fase, o eixo 1 de fortalecimento e o eixo 2 de governança estariam organizados em um único eixo. Então, é a capacidade da FEPOIMT fortalecida e consolidada, a capacidade institucional de organizações regionais selecionadas seria um resultado novo, a atuação política de mulheres e jovens indígenas ampliada já estava na primeira fase, a participação do movimento indígena na deliberação sobre a implementação do subprograma é garantida, seria o resultado de governança".

"O segundo eixo seria de projetos estruturais e locais selecionados e implementados, que entram nas atividades de apoio e continuam igual. A diferença seria incluir os agentes comunitários para ajudar na preparação dos projetos, para ajudar a disseminar um pouco o que se está fazendo aqui, o que são mudanças climáticas, etc. E as atividades relacionadas às chamadas, agora, organizadas com apoio desses agentes comunitários, e a chamada para os projetos estruturais organizados de forma como está sendo organizado no subprograma de agricultura familiar, seriam essas as sugestões básicas para a segunda fase".



Figura 3 - Apresentação da proposta da segunda fase do Programa REM MT Fase II pelo Consultor à direita.

Discussão

Crisanto fez algumas considerações.

"Não é novidade para nós dentro do movimento indígena mato-grossense a ineficácia do próprio Estado Subnacional de Mato Grosso, quanto à insistência do agronegócio de desmatar em nome do commodities, essa ganância de lucro. A fase do programa REM MT, segunda fase, é um recurso menor. Posso estar errado, mas eu aqui estou colocando essas minhas dúvidas para ser esclarecido. Quanto à repartição de benefícios e a forma de distribuição de repartição de benefício, a proporcionalidade, a proporcionalidade é para mim, como cidadão indígena, cidadão Xavante, cidadão mato-grossense, cidadão brasileiro, o mais

adequado. Nós, povos indígenas, temos demonstrado o sentido de frear esse desmatamento com preservação, por exemplo, o trabalho do nosso pessoal da brigada, se vão parar essas atividades que estão sendo feitas. Quanto à Superintendência, eu gostaria que a SEMA, convocasse os povos indígenas para reunião se for para melhorar e fortalecer. Qual é o papel de fato da superintendência, é uma ordem indigenista do estado de Mato Grosso, não oferecer, induzir a liderança indígena no rumo de produzir em larga escala e visar as commodities? Nós temos nossa forma de organizar, de ter economia, mas essa superintendência respeita quem produz da forma convencional visando commodities. Esperamos que também fortaleça a nossa própria produção, uma economia que fortalece a floresta em pé, que fortalece a nossa cultura. Portanto, queremos participar ativamente se realmente for para a Superintendência funcionar de forma adequada, que faça legitimamente o papel de indigenismo do estado de Mato Grosso, porque de indigenismo não estou vendo nada. Então, é esse meu ponto negativo em relação à SAI".

"Quanto ao fortalecimento institucional das organizações de base e fortalecimento institucional da FEPOIMT, já estamos fazendo o nosso projeto fortalecimento institucional. Eu não vejo o fortalecimento institucional de outra forma, se não legalizar primeiro as organizações de base, nas obrigações fiscais ou primordial, que não está sendo entendido pelo técnico, pelo Funbio, pela própria coordenação e pela Gopa. O fortalecimento institucional da base está dentro do nosso projeto, só falta dissociar, o que é fortalecimento da FEPOIMT como escritório, como organização mãe. Na nossa visão, está na legalização, na reabilitação dessas organizações, a assessoria técnica da própria FEPOIMT pode confirmar isso".

Edimar Roaribo, assessor da FEPOIMT, destacou que:

"É preciso entender melhor sobre juntar os eixos de governança e fortalecimento institucional, se o recurso é viável ou não e qual é o objetivo do fortalecimento institucional. A diretoria tem divisão quando se trata do fortalecimento institucional, inclui as organizações locais no fortalecimento institucional e apoia cada uma das 7 regionais da FEPOIMT com um ponto focal, com capacidade de interlocução entre comunidades locais e a FEPOIMT. Então, teria que trazer a FEPOIMT para discutir isso, como está sendo pensado e qual o planejamento que se tem dentro desse eixo, relacionado ao fortalecimento, para ver se encaixa com o pensamento da FEPOIMT. se é viável ou não, o que pode ser incluído e o que não pode".

Eliane Xunakalo, assessora da FEPOIMT, parabenizou o trabalho do consultor e fez as seguintes considerações:

***"**Estou sentindo falta de ter esse material nas mãos da gente para fazer uma leitura".*

"Em relação aos agentes, pelo que eu me lembre, a governança e até a própria base, tinha debatido que o nome não é agente comunitário, ou era agente agroflorestal ou era agente ambiental, porque a ideia era de fazer um trabalho parecido como no Acre, mas que unia a questão do fogo, essa era a ideia inicial dos agentes no estado de Mato Grosso. A gente não tem florestas, a gente tem biomas e são 3 biomas e ficamos de definir um nome e em nenhum momento a gente falou de agente comunitário, porque agente comunitário tem um outro conceito, outra forma de atuação. Precisamos realmente discutir a questão dos agentes, como vai funcionar, porque no Acre ele tem um desenho, mas aqui nós estamos falando de Mato Grosso,

que é uma outra realidade, uma extensão territorial muito maior com desafios muito maiores e isso ainda precisa ser discutido".

"A governança é uma coisa e o fortalecimento institucional é outra coisa. São coisas totalmente diferentes, a governança é isso aqui, uma governança mista e integrada. A gente tem as nossas governanças de base, decidida na consulta pública, que ia ter um eixo de governança e que essa governança seria para dar apoio para que as nossas lideranças tivessem condições de estar buscando apoio para as suas bases, de estar se fortalecendo de acordo com a suas práticas tradicionais. A gente nunca conseguiu fazer isso, infelizmente não foi por vontade da coordenação, foi por falta de recursos, mas a governança aqui tem se reunido, tem trazido algumas lideranças quando a gente consegue".

"Sobre as eleições da FEPOIMT, o compromisso que essa nova gestão tem que fazer com os planejamentos dessa governança. Porque essa governança ela não vai passar por renovação, ela já teve renovação, ela vai continuar aqui dando encaminhamentos, então eu vejo que são coisas boas para refletir, mas que isso vai depender muito de quem vai dirigir, a mesma coisa os parceiros, vai depender muito de quem vai estar no comando."

"O fortalecimento institucional, nunca foi só com a FEPOIMT, um item era o fortalecimento da FEPOIMT e outro item era o fortalecimento das organizações de base, que num primeiro momento se daria por formação, que era o curso que todo mundo fez uma exigência de ser vinculado ao MEC. Depois, na segunda fase seria que a coordenação junto com a gente iria encontrar uma forma de ver a questão da regularização e do diagnóstico. Isso também é parte do fortalecimento das instituições. A Coordenação do Subprograma tem feito TdR e buscado orientação para que no próximo ano isso saia, portanto o fortalecimento está caminhando. E a gente espera que a governança não estivesse só aqui, tivesse uma articulação. Tem um plano piloto de monitoramento (MEL), que vamos fazer uma experiência, isso também é fortalecimento institucional. Portanto, algumas coisas que foram colocadas aqui como reflexão já estão sendo encaminhadas, talvez, não estejam nos passos que a gente gostaria, mas está caminhando".

"Sobre o movimento indígena, inclusive dentro do nosso projeto de fortalecimento da FEPOIMT, a gente tem algo chamado de mobilização, que são recursos voltados para que atenda às mobilizações a nível nacional, a nível estadual e a nível local. Isso também foi assegurado no nosso PDI, eu sei que isso aqui está na segunda fase, mas o que eu não vi é a questão dos benefícios, qual é o montante destinado ao subprograma? E qual é o momento que nós vamos sentar na mesa e discutir isso junto com os outros beneficiários? Porque a gente está fazendo algumas reflexões e alguns planejamentos para a segunda fase, para não se ter um retrabalho. É necessário saber qual é o valor e como que isso está sendo dividido, quais são os critérios? Somos cobrados pelas pessoas que às vezes não acompanham ou por pessoas que acompanham e não estão sabendo reproduzir isso. Para falar da segunda fase e da repartição de benefícios, é preciso avaliar a primeira fase, a gente não teve um momento de avaliação. Essa governança não teve um momento de avaliação, a base não teve um momento de avaliação, a avaliação quem fez foi a missão, com um outro olhar diferente do nosso olhar, estamos sendo beneficiados e ao mesmo tempo, fazendo o monitoramento. Então, assim, eu acho importante a gente ter esse momento de avaliação da primeira fase, feito por nós, da nossa forma e do nosso jeito. Essas reflexões são boas, mas eu sinto falta disso, porque a primeira fase é marcada pelo nosso protagonismo. Foi o subprograma mais demorado

para acontecer, mas é o que está tendo resultados. Eu posso falar isso com muita precisão porque nessa campanha eu tive a oportunidade de andar nas comunidades e ver o fruto do REM MT, então isso nos deixa muito orgulhosos, a gente viu o resultado na base e os resultados são ótimos".

"A questão do fortalecimento político, eu acredito que a gente precisa ter um diálogo com a SAI, esse é um momento da gente esperar, porque, embora o governo esteja reeleito, ainda tem uma fase de transição, muita coisa irá mudar nesse governo e a FEPOIMT também está passando por um momento interno eleitoral. Talvez depois de quem for assumir, comece, reinicie o diálogo com o governo, com a SAI e com demandas que atenda todo o mundo, não um grupo A ou grupo B. Então, a gente precisa conversar com o governo, precisamos conversar com a SAI, colocar as demandas para que eles façam um plano de trabalho, porque a gente não quer só cesta básica e alguns poços artesianos para amigos, a gente quer política pública e eu apoio essa indicação de construção de uma política indígena aqui no estado e para que isso aconteça, a gente precisa conversar com o governo, mas ele precisa nos receber também, conversar com o gestor do Estado, com alguém que apoia A ou B, lembrando que estado tem o dever de nos atender enquanto cidadãos. A gente também precisa conversar com outros órgãos, eu vejo que a Estratégia PCI indígena pode ajudar na construção dessa política, vejo que a Funai, embora esteja desestruturada ou apoiando amigos, se a gente conseguir realmente fazer com que ela entenda que é necessário dar mão para todo mundo, a gente consegue também ter uma boa conversa. Então, assim, tudo isso é articulação".



Figura 4 - Participação da Assessora Técnica da FEPOIMT - Eliane Xunakalu

Resposta

Marcel Viergever, analisou sobre a junção do eixo governança e fortalecimento institucional. *"Acho que não tem problema deixá-los separados. A ideia era simplificar mas se vocês têm, outra visão não tem nenhum problema. Quanto ao documento solicitado pela Eliane, a gente não fez ainda porque quando está no papel, parece que já está decidido e a ideia era fazer primeiro essa discussão.*

"Sobre os agentes, a proposta era trazer o REM MT um pouco mais para as comunidades, disseminar dentro das comunidades a preocupação com mudanças climáticas, ter alguém para trabalhar com as comunidades na preparação de projetos com objetivos, resultados, atividades, que não faz parte da realidade de muitas comunidades. Não sei se foi esse o conceito pensado sobre a atuação desses agentes por vocês, mas quanto ao título não faz diferença ser agentes ambientais, agroflorestais, comunitários".

"Quanto à Superintendência, na proposta estava tentando fazer uma política de Estado, de forma participativa e de fato, essa ideia veio em outra reunião de governança onde vocês estavam discutindo a dificuldade do programa de se implementar um projeto para capacitação de brigadas indígenas para combater o incêndio. Um estado com uma população indígena com 14% de sua extensão de áreas de terras indígenas deveria ter uma política para essa questão de incêndios e caso o IBAMA não tenha capacidade, fazer pactos federativos para atender lacunas de capacitação e de capacidade do IBAMA. Acho que faz sentido ter uma política indigenista um pouco mais robusta do que aparentemente tem neste momento".

"Sobre os recursos, não sabemos até o momento, estamos idealizando que tenham o mesmo montante. Obviamente, não havendo o mesmo montante, teria que se reduzir o número de atividades."

"Em relação ao fortalecimento institucional, se está incluído o fortalecimento de organizações de base, acho que faz sentido explicitar esse apoio, eu chamei de fortalecimento do movimento, pois o movimento dá mais a ideia de incluir todo mundo".

Discussão

Kaianaku Kamaiurá, assessora da FEPOIMT, fez a seguinte consideração:

"A governança existe em várias instâncias, não é a mesma coisa do fortalecimento institucional. Então eu queria entender quando vocês falaram de juntar a governança, vocês estavam querendo se referir a esta governança dentro do fortalecimento institucional do estado para vocês arcarem com essas despesas de reunião de governança, ou se era mesclado os 2 eixos e aí segmentar praticamente porque não ficou muito claro, porque se fosse a segunda opção, eu acredito que está mexendo na estrutura que foi construída, dentro dos espaços das oficinas que aconteceram com as propostas das comunidades. Várias coisas ainda não foram concluídas nessa primeira fase. Se for para dar continuidade, eu acredito que tenha que se manter a originalidade para que a gente não perca o que foi construído com a base. Caso tenha mudança, acredito que se tenha que ter uma nova consulta porque nem essa governança tem autonomia para tanto. Não tenho o poder de voto, apenas para colocar essa reflexão. É preciso manter toda a originalidade do que foi construído no coletivo".

Dante Novaes, representante do FUNBIO, destacou alguns pontos para a fase 2:

"Acho que pode ser interessante ter mecanismos pré-estabelecidos para apoio às ações emergenciais, evitando os problemas ocorridos, de atender questões relacionadas aos incêndios e a pandemia que ocorreu. Outro ponto seria aprimorar a governança, torná-la cada vez mais participativa e atuante, com as responsabilidades compartilhadas nessa instância". Em relação a desburocratização, propôs criar um laboratório de mecanismos financeiros de apoio que estejam condizentes com a realidade dos povos indígenas, sem esquecer da parte de capacitação de forma a preparar essas organizações a pleitearem recursos que sejam da União Europeia, do Fundo Amazônia, ou de outro fundo. Ter mecanismos interessantes que possam vir a servir de modelos. O subprograma precisa equalizar na fase 2 esse maior envolvimento das bases. Lembro que era recorrente essa questão de pressão das bases na FEPOIMT, de que o REM não acontecia, ficava no papel, que só gastava com diária, como isso pode ser otimizado na comunicação, envolvendo as bases de que o REM precisa se preparar, delas entenderem o processo e ninguém ficar sofrendo pressão, nem o estado, nem o gestor financeiro, nem a FEPOIMT, nem a governança".

"Sobre a manifestação de interesse da agricultura familiar, eu acho que está nessa parte de criar mecanismos financeiros, mas não sei se todos da governança que estão participando dessa reunião tem conhecimento sobre essa proposta, minha sugestão é que seja apresentado aos membros, em momento oportuno, o funcionamento".

Ianukulá, Regional Xingu, destacou alguns aspectos:

"Em relação a Superintendência de Assuntos Indígenas do Estado, entendi que o subprograma também apoiaria o fortalecimento da superintendência, mas uma das primeiras dúvidas que tenho é que sendo a superintendência um órgão do governo estaria no fortalecimento dos órgãos públicos, do percentual que está reservado para o estado. Ainda sobre a superintendência, eu não sei se é um fortalecimento estrutural, mas politicamente temos uma instabilidade e o próprio reflexo disso é que essa instituição não está presente nessa governança. Não há uma aproximação em relação a isso e eu acredito que seja por questão de posições políticas. Isso é uma coisa que precisa ser analisada".

"Em relação ao eixo fortalecimento institucional, acho que as pessoas já falaram, relembraram bem do começo dessa construção e do fortalecimento institucional, ela foi elaborada pensando no fortalecimento das bases também. Acontece que nos anos anteriores, se definiu que a prioridade dentro desse eixo seria o fortalecimento da FEPOIMT. Enfim, acho que é nessa linha que está seguindo esse primeiro apoio para fortalecimento da FEPOIMT, mas no decorrer do processo o fortalecimento das bases, ela não está excluída e acho que deve continuar nos próximos planejamentos, uma coisa não exclui a outra. Considero que o fortalecimento da FEPOIMT deve permanecer, não deve ser uma coisa assim, tira o fortalecimento institucional da FEPOIMT e se transfere para as bases, acho que as 2 coisas devem existir, deve-se pensar de como isso deve prosseguir".

"Sobre a governança, a Eliane lembrou bem como é que a gente tinha pensado. Atualmente o tema governança está muito voltado para a instituição, o fortalecimento da governança do REM e o fortalecimento das instituições que participam dela. Mas, eu tenho um pouco mais a falar sobre isso, porque a gente aqui pela regional do Xingu, insistiu muito que o eixo que fala sobre a governança e sobre

os protocolos dos planos de gestão, que eles fossem também considerados como prioridade no subprograma indígena. Temos várias ideias, sobre geração de renda, exploração de terras indígenas de forma sustentável, que fica sem orientação se não houver realmente um plano de gestão territorial ambiental (PGTA). Eu sempre considerei que os PGTAs são prioridades nesse processo, e vinculado a isso, se não tiver um plano de gestão construído, não tem uma governança dos povos indígenas que é bem diferente de governança institucional, uma governança do território indígena que se possa conduzir a execução do plano de gestão territorial, é nesse sentido que a gente precisa ver novamente a questão da governança dentro dos territórios indígenas, que no meu entender a governança indígena trata de reuniões, de planejamentos e deliberações entre os povos, os caciques, entre as lideranças, entre as associações indígenas.

Respostas

Ligia, Coordenadora do REM MT, respondeu sobre algumas questões.

"Nesta Fase 2 tem uma orientação do próprio KFW que a estrutura dos subprogramas continue a mesma, que não haja grandes mudanças, a repartição de benefícios segue o mesmo rumo com um aperfeiçoamento do que foi feito na primeira fase. As propostas que o Macel traz são focadas na questão estratégica e, se vocês acham que realmente faz sentido ficar separado, então se mantém separado. Essas sugestões mais detalhadas da estratégia, será feito assim que tivermos o contrato assinado, por hora a gente está nesse patamar estratégico. Quanto à SAI, está prevista dentro do Subprograma FIPPE".

Macel Viergever, respondeu também algumas questões.

"Crisanto me lembrou que usei uma linguagem que nem todo mundo segue. Então, na primeira fase, o projeto foi dividido em 3 eixos. O que é que são eixos? São grupos de atividades que estão relacionadas. Tem um grupo de atividades para apoiar o fortalecimento da FEPOIMT, tem um outro grupo de atividades para a reunião aqui, isso envolve diárias, viagem para a presença de vocês, essa é a governança. E o terceiro grupo de atividades são todos os projetos com as comunidades, os projetos selecionados que são as chamadas de Projeto com projetos estruturantes e locais. A minha sugestão foi de desburocratizar, juntar isso com outro eixo, mas se tiver realmente questões é melhor deixar do jeito que está, não tem problema".

"Em relação a fala de Ianukulá sobre o fortalecimento institucional, entendi que você estava perguntando se um exclui o outro, obviamente que a participação da FEPOIMT é uma das base desse subprograma, portanto, o subprograma tem que continuar a apoiar a FEPOIMT, mas a ideia era abrir um pouco o leque. Na fala do Crisanto, entendi que a FEPOIMT já faz isso, talvez precise explicar, mas não é um excluindo o outro".

"Sobre a superintendência, é uma proposta minha, não sei se é factível, mas seria envolver a FEPOIMT na preparação dessa política, obviamente faz parte do fortalecimento institucional" e quanto aos planos de gestão territorial, acho que a gente está de acordo".

“A governança existe em diversos níveis, tem a governança também dentro do fortalecimento da FEPOIMT, não estava falando disso, estava falando das reuniões que esse eixo apoia, uma mudança embaixo do guarda-chuva de fortalecimento institucional. Mas, novamente, não é importante, é uma mudança de desburocratização. O Dante falou de melhorar a governança e ser mais participativa, a desburocratização. Gosto da ideia de organizar chamadas um pouco de maneira diferente”.

Discussão

Teresa Paresi, Regional Cerrado Pantanal, destacou que participar desse movimento, tanto dentro do REM, na governança, FEPOIMT, tem um sangue indígena, um ponto de vista e um pensamento indígena.

“As burocracias do mundo não indígena e a nossa realidade são diferentes. Há uma preocupação de reorganização da governança para a segunda fase do REM, mas eu fui contemplada na fala da explicação da Eliane, na explicação do Ianukula e também do Crisanto. Queria destacar que, se há mudanças para melhor, nós temos que analisar, temos que prestar atenção, principalmente para fazer as mudanças, ou agregar novas situações dentro dos eixos temáticos, porque cada época vai mudando e nós temos que acompanhar essas mudanças, dentro dos nossos direitos, de manter o nosso fortalecimento como indígena. E a questão que me chamou bastante a atenção foi a fala do fortalecimento da superintendência indígena. E agora, nessa nova fase, porque tudo tem transição, e a questão da FEPOIMT, nossa instituição que nos representa, está em transição. E quando falou da superintendência, chamou minha atenção porque, no meu ponto de vista, a Superintendência praticamente está ausente das instituições de base, está ausente da organização social de fato dos povos indígenas, então há uma grande preocupação minha. É preciso ter, de fato, pessoas dentro da superintendência que tenham uma visão de indigenismo, que seja de fato indigenista para atender, acompanhar e fortalecer as instituições de base. Fortalecer e orientar a FEPOIMT e não ir contra a FEPOIMT, ter essa parceria, tanto que eu destaco também a nossa instituição, Takiná, que é a organização de mulheres indígena dos 43 povos, também ausente e é uma grande preocupação em relação a esta essa nova fase”.

“A questão do plano de gestão territorial e ambiental, nós povos Halíti, também temos. E a questão da agricultura familiar muitas vezes, ele é confundido. Por isso, outra coisa também que eu destaco é primeiramente, nós indígena, temos que valorizar esses projetos, essas parcerias como instituição de base, fortalecendo a FEPOIMT e os demais parceiros. E não dizer que há uma grande pressão, questionamento quando diz que esses projetos trazem benefícios. Eliane destacou que os benefícios estão sendo feitos, que aconteceram nas regionais, nas regiões, nas aldeias, que se atentaram a fazer os projetos e eles foram aprovados. Nós temos que nos atentar a isso. Isso eu falo em relação a nós, povo Halíti Paresí. Não só ter um olhar em grande coisa,

mas também dar atenção a esses projetos, nós também temos direito, mas isso cabe a nós aqui de base, às instituições de base, às associações, começarem a trabalhar isso, começar a dar credibilidade, acreditar nesses projetos, fortalecê-los. Então eu só quero destacar essas questões aqui, que estão dentro do plano de gestão do povo Halíti".

"Eu acredito que, em outros povos, porque eu estou aqui representando o Cerrado Pantanal, é uma questão de direito da mulher em participar do movimento, participar de qualquer situação que for, como também a participação da juventude, claro, aqueles que têm interesse"

"E nada melhor para a gente do que organizar esse movimento indígena, é o fortalecimento do movimento indígena, das mobilizações, para que a gente possa de fato realizar e fortalecer. Eu estava entendendo, fiquei acompanhando como fortalecer as instituições. Não é que nós estamos com um pé atrás, que a gente preocupa, que não acredita que é para o melhor, mas quando surgem situações novas, nós temos que nos organizar, temos que refletir, ver o caminho certo. Por isso eu acredito que se for para melhor, para facilitar, nós temos que sempre ir pelo caminho inovador, porque a inovação faz com que tudo melhore. A questão do meio ambiente, mudanças climáticas, tudo isso aí está no contexto que precisa ser trabalhado. Isso é nosso papel de liderança, de quem está dentro do programa, tem de trabalhar, mas isso também cabe a toda a comunidade. Para nós que representamos, temos que levar isso, né, em uma reunião como esta agora que está acontecendo, as políticas indigenistas, precisa acontecer. Isso eu falo em relação a esses eixos de modo geral. Agora, quando fala da FEPOIMT, eu tenho uma grande preocupação também, da mesma forma que eu tenho com a superintendência, é a questão da FEPOIMT que está passando por uma transição de mudanças, mudanças de gestão, de quem vai dar seguimento nesses trabalhos, nessas, que tem parceiros. É importante para a defesa do meio ambiente, a defesa dos nossos territórios, e se tiver pessoas que vão estar dentro da FEPOIMT como dirigente, não tiver essa visão, não tiver essa preocupação de indígena? Não sei de fato que caminho nós vamos poder tomar, mas isso cabe a nós agora nessa assembleia de dezembro. Até lá, a gente está fazendo reflexão, articulando, porque a FEPOIMT é um centro onde centraliza 43 povos diferentes. Além do mais, temos os nossos parceiros que fazem com que seja realizado e é com muita dificuldade que a FEPOIMT chegou até onde está hoje. É com muita dificuldade que conseguimos os parceiros, então, os parceiros e os gestores da FEPOIMT eles têm que estar bem alinhados, têm que estar bem pactuados. Para que dê continuidade nesse trabalho que nós estamos aqui discutindo, nessa segunda fase".

"Então, é isso, um pouco da minha ponderação aqui, contribuição, é colocar o meu ponto de vista e a minha preocupação. Como por exemplo, para finalizar, eu coloco aqui a questão das brigadas indígenas, o povo aqui da nossa região perdeu uma brigada, como eu falo pelo descuido, mas nós temos aqui, esse acompanhamento de volta com as brigadas e aqui no povo Halíti, também precisa. Eles estão com um trabalho bem grande pelo fato que eles atendem até a outra região. Então, essa situação que eu coloco aqui, é para contribuir um pouco nesse diálogo. É um pouco da preocupação que nós temos, assim é o pensamento indígena, para a

gente decidir e dar continuidade nesses trabalhos, porque se nós chegamos até aqui é porque nós somos capazes, juntos nós somos mais fortes".

Angelton Arara, Regional Noroeste, também deu algumas contribuições.

"Quero poder contribuir quando falamos da Superintendência do Estado de Mato Grosso, que é uma coisa que era para estar participando no nosso meio, porque a Superintendência foi criada com interesse de defender os assuntos políticos do interesse dos povos indígenas. Infelizmente a gente não sabe qual é esse processo do governo com essa superintendência, dela não poder estar nem no nosso dia de hoje, a gente não sabe se é falta de convite ou se eles não querem realmente participar desse processo. Como a parente falou, a Superintendência é importante e está em parceria com a FEPOIMT, porque eu lembro muito bem, no início da FEPOIMT, das reuniões e da assembleia, do tempo em que o superintendente era o nosso parente Beto, tinha uma parceria muito grande. Tinha esse fortalecimento, esse acompanhamento, até a entrada do parente Chiquitano, depois que houve essa mudança da superintendência a gente está vendo essa ausência do superintendente que poderia estar aqui. Uma coisa que me preocupa, porque aí se passaram 4 anos e a gente não teve nenhum acesso ao governo, como FEPOIMT, para levar as nossas discussões políticas internas de cada povo, representado pela FEPOIMT. A gente não teve essa aproximação com o governo para ter um diálogo, para que realmente a gente possa falar o que a gente está sentindo, no que o povo sente nas suas bases, as dificuldades que nós temos hoje dentro dos territórios. Eu acho que, querendo ou não, o povo indígena do estado pertence a Mato Grosso, ele pertence à política pública do estado de Mato Grosso. Então, é isso que a gente tem que ver, e acho que nada melhor do que como federação, a gente poder encaminhar, se já foi encaminhado. E poder ter aqui para nós, para a governança, solicitar o agendamento de reunião com o governador para que a gente possa levar nossas propostas dos 43 povos indígenas, porque eu acho que é isso que a gente precisa ter nesse momento, porque as coisas estão mudando e a gente vê uma política totalmente desfavorável, muitas vezes, das necessidades do povo indígena".

"Na visão da concepção do povo indígena, principalmente dentro dos seus territórios, quando ainda tem grupos que luta pela mata em pé, então, essa ausência faz que muitas das vezes os nossos territórios ficam à mercê de proteções que era para realmente estar acontecendo e estar mais fortalecido dentro de cada território, nas suas divisas com fazendeiros, eu sempre trago aqui para todos nós, o exemplo que, hoje nós da região noroeste, passamos com a questão do desmatamento, com a questão da pecuária. No nosso município, a questão da exploração mineral, cresceu muito ao redor dos nossos territórios. E a fiscalização como que está sendo feito, como que essa política de fiscalização do estado ela tem que ser feita e como vai ser feito ao redor dos nossos territórios? Porque uma coisa é que nós somos guardiões da floresta, nós temos obrigações dentro da política nacional e internacional, nós temos os deveres de proteger a mata e não somente a mata. Eu trago aqui ainda muito mais, nós somos protagonistas de preservar as nascentes dos rios. Mas só quem está fazendo isso é a população indígena. A

gente sabe disso, e nossos rios continuam sendo poluídos com Mercúrio, nossos rios continuam sendo poluídos por águas sujas dos garimpos ilegais, de explorações ilegais nos arredores dos nossos territórios. E como está sendo discutido isso com a governança? Será que está havendo uma discussão do estado sobre essa questão da fiscalização territorial dentro dos municípios que é onde tem os povos indígenas? Porque isso traz preocupação para nós, porque em Aripuanã começou aparecer peixe morto, no ano retrasado, no ano passado, dentro dos nossos territórios. Será que foi o índio que jogou veneno? Será que foi o índio que jogou Mercúrio? Será que foi por causa das barragens hidrelétricas? Ou será que foi por causa de mineradoras que estão sendo construídas, não houve uma fiscalização sobre isso. Então, isso me preocupa, porque às vezes estamos aqui discutindo, trazendo o conhecimento de toda a governança e até mesmo dos outros parceiros, nós temos que lutar pela redução de matas derrubadas. Só nós fazemos o nosso papel e os outros não fazem o papel, onde vai chegar todo esse esforço. Então, acho que é preciso ter essa conscientização entre os poderes políticos que representam o estado do Mato Grosso, principalmente na questão da política ambiental. E essas questões de política ambiental, eu quero trazer aqui para os senhores que nós, como fazemos parte do estado de Mato Grosso, nós devemos também participar desses debates. Nós também devemos participar dessas rodas de conversas de negócios que se trata das políticas das questões ambientais. Como podemos participar? É através da organização, é através da FEPOIMT, então vamos convidar para essa discussão. Agora, só não dá para se tratar de uma discussão dessa a partir do momento que a gente vê que o governo está puxando para o lado e a gente está tentando se aproximar e ele está correndo atrás de nós. O que é que está acontecendo com o estado de Mato Grosso? O que é que está acontecendo, com os direitos dos 43 povos indígenas do estado de Mato Grosso que fazem parte desse estado! Então é isso que a gente tem que trazer para as discussões, principalmente quando se trata da superintendência. Eu acho que está na hora de ver como que se pode fazer para que realmente a gente tenha uma reunião com o governador para que a gente possa realmente fortalecer essa parceria com a Superintendência. A Superintendência quer está falando a língua dos povos indígenas do estado de Mato Grosso, ou ela está defendendo o seu interesse e o interesse do estado e do governador do estado de Mato Grosso? Porque o que a gente vê dessa Superintendência é que só faz entrega de cesta básica, isso não vai alimentar o nosso povo. O que a gente vê aí são trocas de favores entre os amigos. Então, dessa forma, não dá para continuar uma articulação de diálogo com o governador. Então, essa é minha preocupação".

"Uma das coisas que a gente estava discutindo, a gente vem conversando muito é quando a gente trata aqui do fortalecimento institucional, a gente lembra muito bem que na criação do REM, a gente falou muito do fortalecimento das organizações de base. Eu acho que isso deve ser dado continuidade, daquilo que foi acordado lá atrás, que realmente existiria e ia existir esse fortalecimento das bases. Por que nós temos esse interesse quando eu falo da região noroeste, porque nós estamos buscando fazer até mesmo assembleia da nossa organização da região noroeste para que ela possa participar desses processos, juntamente com as parcerias e com a

Federação. Nós temos ainda a organização, porém temos dificuldade, falta recurso para que a gente possa fazer nossas reuniões internas de fortalecimento da nossa organização que representa 11 povos, ela existe ainda. Agora a gente está buscando uma reunião, no dia 13 com a Funai para que a gente possa tomar um pleito da organização noroeste, a nossa regional tem o interesse de trazer para dentro desse fortalecimento institucional a nossa organização noroeste, a gente quer que ela faça parte desse fortalecimento. Por quê? Porque a gente pode estar facilitando todo o trabalho dos 11 povos indígenas representados pela organização noroeste, nós temos na nossa regional. Então eu quero deixar esse apelo aqui da regional noroeste, como representante da governança e da regional, obrigado".



Figura 4 - Participação do membro da Regional Noroeste, Angelton Arara

Renata Costa, GIZ**.** parabenizou o trabalho de consultoria do Macel, e fez alguns comentários sobre a segunda fase.

"Acho que essa parte da governança e do fortalecimento institucional já foi bem tratada por todos, e no documento do subprograma de territórios indígenas, no documento original, tem ali as linhas de ação da governança e as linhas de ação do fortalecimento institucional. Talvez uma sugestão, ao invés de chamar a linha de ação de governança, chamar de outra coisa, porque fica confuso. Sempre foi confuso essa parte da governança indígena, com a estratégia de governança do Programa REM MT como um todo, na qual a governança indígena faz parte. Esse nome governança, só lembrar junto com vocês, o Ianu lembrou bem, ele veio da oficina do Xingu, porque lá eles têm uma estratégia de governança e tem um conceito amplo sobre governança que foi absorvido então pelo subprograma de territórios indígenas. Talvez a discussão seja manter as linhas de ação, mas talvez, começar a chamar essa linha de ação governança de

outro nome para não confundir com a estrutura de governança participativa do subprograma de territórios indígenas".

"A outra coisa que eu queria perguntar, quais são os próximos passos com relação a construção da estratégia de segunda fase do subprograma de territórios indígenas. Pensando nesses próximos passos, a gente pode pensar em quão suficiente é a informação trazida sobre a fase 2 do subprograma para a governança, para ela decidir dentro das suas funções sobre o subprograma de territórios indígenas. Então, pergunto se é óbvio que esse é um primeiro contato, é uma primeira apresentação, eu acho muito legal, eu acho que o REM como um todo está de parabéns por iniciar logo, vamos começar a conversar logo sobre a fase 2 do subprograma de territórios indígenas. E acho uma excelente estratégia também a gente aproveitar aquilo que não foi priorizado na primeira estratégia do subprograma, justamente porque mantém o que foi consultado. Eu acho que é super importante, a gente manter o que foi consultado durante a construção do subprograma. Por isso que eu pergunto dos próximos passos porque aí enquanto uma instituição apoiadora da governança, a gente tem um papel de talvez apoiar um pouco essas informações a chegarem um pouco mais a base, as informações chegarem um pouco mais lúcidas para a governança como um todo, para então levar para as bases para poder decidir. Então ofereço o apoio da GIZ para a gente fazer isso. A depender dos próximos passos para essa construção da fase 2 do subprograma de territórios indígenas"..

Carolina, Funai Regional.

"Mesmo após várias colocações dos indígenas de incluir a construção participativa de uma estratégia indigenista do Mato Grosso, eu não entendi bem qual seria a proposta. Acho que isso a gente vai se aprofundar melhor".

"Ligando com a questão que a Renata acabou de perguntar qual seria esse cronograma para discussão dessa proposta e como que isso vai ser colocado na fase 2. Se talvez a Ligia pudesse explicar um pouco quais são as etapas dessa construção da fase 2, qual momento a gente precisaria ter essas propostas, porque, pelo que eu entendi, do que o consultor colocou, ele dá uma proposta dos eixos. Mas não entendi bem quais são essas etapas, até que momento é para a gente construir isso junto dentro da governança, se puder esclarecer melhor isso".

"Uma questão que desde a reunião passada estou me perguntando e que eu também não sei bem como que a governança se insere nessa discussão, é como que a gente pensa nessa questão do resultado do desmatamento. Porque a gente recebe muitas informações de que o desmatamento aumentou e eu até perguntei ao Fernando, se essa questão do desmatamento ter aumentado não comprometeria a segunda fase do REM, porém, a gente tem que avaliar as ações nesse sentido, o que a Lígia falou, ser mais participativo, quais resultado as ações do subprograma conseguiram alcançar. Porém, quando a gente pensa num nível mais macro, não acho que isso é uma função da Sema, porque essa questão de fiscalização em terras indígenas é inclusive função da Funai e do Ibama. Mas eu penso que, e falo desde o início no REM, que essa questão de fiscalização, é mais do que você só ir lá e tirar o pessoal de dentro da terra, é

uma questão de trabalho em conjunto no sentido de pensar nessas questões das cadeias da madeira, do garimpo, que são essas atividades que impactam negativamente os povos indígenas dentro de suas terras. A gente faz projetos, no sentido do impacto, e esses outros impactos são maiores, como que a gente poderia avaliar? Eu não sei se o programa ou se o subprograma tem dentro desses processos avaliativos um pouco dessa avaliação no macro. Eu não sei se estou conseguindo me expressar bem, mas como que esse diálogo entre nós ajuda essa situação mais local com essas questões maiores".

"Eu gostei dessa proposta do fortalecimento das organizações de base, talvez com esse link com os agentes e tudo mais. Não sei se nos próximos passos, estou entendendo que a FEPOIMT e a SEMA estão dialogando em algumas reuniões com relação a isso, vocês repassaram um pouco como está sendo essa discussão entre essas duas instituições. E como que está na segunda fase essa questão desse fortalecimento das organizações de base".

"E com relação aos agentes agroflorestais eu me disponho a participar mais dessa discussão porque eu consegui mudar de setor aqui na Funai, então agora eu estou mais nesse tema. Talvez seja possível participar mais no começo e depois internalizar aqui dentro da Funai essa questão dos agentes seja o nome que os povos indígenas escolherem para colocar. Porque talvez isso consiga dar uma capacidade maior ao programa".

Crisanto - Presidente da FEPOIMT.

"A gente sabe da mudança do papel institucional da Funai. Nós não conversamos como pessoa, nós conversamos como instituição, é essa a cultura etnocêntrica. Eu espero que na próxima gestão da FEPOIMT, Carol, você entra primeiro como pessoa física depois de influenciar dentro da Funai, eu espero que aconteça isso pelo bem viver dos povos indígena. É essa a minha preocupação, pela forma de desenvolver as próprias comunidades indígenas, fortalecer sua dieta alimentar, fortalecer a sua produção. É como sempre disse, que para nós, estamos sendo encaminhados, vamos falar assim, para a comunhão nacional, essa sempre foi a meta do desenvolvimento nacional e sem perceber, nós estamos indo nesse caminho. Certos parentes estão indo nesse caminho, estou pedindo para a coordenação da SEMA aqui, pedir para a própria Funai presente em Cuiabá, que se faça presente nessa construção junto com nós, lideranças indígenas, através dessa entidade representativa, que faz esse exercício de política indígena e a Funai que faz essa política indigenista, devem estar mais presente".

"*Quando abordamos sobre a Superintendência de Assunto Indígena do estado de Mato Grosso, a nossa percepção, enquanto liderança atuante, ativista na própria questão, é que essa Superintendência precisa melhorar. Tem recursos provenientes da floresta em pé fortalecendo essa instituição e ela não pode ter uma visão de inclusão e de forçar os povos indígenas a fazerem o que a sociedade nacional faz com produção de larga escala, de pensar em riqueza para essa cultura europeia. Nós temos nossa riqueza, essa riqueza de partilha, essa riqueza de mantermos, eu vou dizer aqui para nós, viver voluntariamente isolado. Isso não quer dizer distante, isso não quer dizer, tirar a roupa de novo, mas deixar que cada geração tome seu rumo.*

Quando se tem uma nação diferente, claramente nós estamos vivendo essa inserção das comunidades e dos povos indígenas na sociedade nacional que querem que a gente vá. Então, eu acho que é nesse sentido que eu fico pedindo essa forma de interagir da FUNAI através da CR Cuiabá e da superintendência. Eu estava ouvindo atentamente a fala do parente Arara e não foi falta de convite da coordenação do subprograma que tem convidado sempre (a SAI) e por estar no nosso regimento a Superintendência que infelizmente está ausente".

"Assim, nós, povos indígenas, mais uma vez marcamos, erramos, e é mentira falar que a FEPOIMT não promoveu, não escolheu suas lideranças para a candidatura. Foi feito uma vez, não elegemos nosso parente Kayapó, ele foi podado no meio do caminho, isto, nos desmotiva. Lançamos a nossa pré candidata Eliane Xunakalo e graças a Deus, está como suplente. Não é desejável, mas é alguma coisa, exatamente para poder influenciar para a gente fazer nosso arranjo".

"*A Funai é um órgão de gerência oficial do estado brasileiro e está na esfera federal. E da gente trabalhar bem esses recursos da floresta em pé, esse financiamento dos serviços ambientais não depende somente das organizações, não depende somente da FEPOIMT. Se a gente elegesse a nossa parente, estava sim, em consonância com a lei federal para que esses recursos sejam bem aplicados, que tenha uma flexibilidade do próprio estado de Mato Grosso para atuar conforme a lei, então a culpa não é só da coordenação do REM ou das demais instituições que são parceiras da federação. Mas também nós temos que assumir as nossas bancadas, nós temos que assumir as nossas falhas, nós temos que assumir nossas lerdezas. A gente vem falando em várias reuniões que tem que ter um candidato que tenha essa percepção e que tenha uma atuação. Infelizmente, eu tenho que falar isso para nós aqui, está vindo as eleições municipais e ainda 90% da população indígena defende a natureza e a natureza depende da gente. Mas tem que ser falado para nós isso. E diante disso Carol, minha amiga, eu gostaria, que eu estando na FEPOIMT, porque estamos diante de mais uma eleição, que a nova diretoria continue com essas ações e com essa articulação*".

"*Temos o aquecimento global e estamos aqui diante de uma edição de mais uma negociação dos fundos climáticos, e essa responsabilidade com nosso planeta, que é maior do que diferenças locais, diferença entre as nações, ela é necessária. O produtor sertanejo não consegue mais plantar manualmente, nós, povos indígenas, não é diferente. E realmente, minha coordenadora do REM, se puder participar, estou disponível para estar colaborando com a nossa política ambiental. Não vou chamar política indígena é política de clima, esse equilíbrio como a gente faz valer aqui no estado de Mato Grosso. Acho que nós fomos ousados, nós estamos aqui de mãos dadas com a SEMA que tem esse programa e a própria Funai, que vem assegurando, que tem essa propriedade de forma de ver o modo de vida dos povos indígena, somos parte disso. Então Carol, eu queria terminar minha fala assim, incentivar vocês, a Funai de estarmos juntos, mas é para estarmos juntos mesmo, vocês nos assessorando*".

Respostas

Marcel Viergever - Consultor. Começou com algumas observações da Carol.

"Eu chamei a atenção sobre a fragilidade da Superintendência de Assuntos Indígenas, com respeito à questão de incêndios florestais em terras indígenas, mas acho que não é só isso, tem um leque de atividades. Quer dizer, o mundo se aproxima cada vez mais das terras indígenas, e cada vez mais um influencia o outro. Então, eu acho que não dá mais para virar as costas e dificultar os assuntos difíceis dessa aproximação. Obviamente, a política não vai resolver tudo, mas eu acho que é um início, sobre a construção das políticas, não tenho também as respostas, tem que ser desenvolvido no andamento de apoiar o fortalecimento da Superintendência".

"Quanto ao cronograma a gente está super apertado, tem que ter uma proposta até ao final do ano. Essa é outra razão para não mexer muito na estrutura que existe agora na primeira fase, é, incluindo coisas que fazem sentido, juntando coisas, fazendo propostas para implementar, mas em princípio tem essa proposta ou fica a estrutura que tinha na primeira fase. Então, essa é uma primeira reunião com os beneficiários, nesse caso, do subprograma de territórios indígenas. Acho que com base nos comentários aqui eu posso fazer uma proposta mais concreta. Lembrando também que, eu posso estar enganado, que a estrutura da primeira fase, sempre foi ajustada com base nas discussões aqui de governança. A gente tem os chamados para propostas, que foram discutidos aqui, como a proposta para o fortalecimento da FEPOIMT, está lá no documento, mas para concretizar, para detalhar essa proposta, foi discutido aqui, então, só para dizer que o que se propõe aqui, não é necessariamente dessa forma que vai ser implementado, porque vai ter oportunidade de detalhar, concretizar a implementação, de discutir os detalhes e de acordar esses detalhes nesse espaço aqui. Acho que apesar desse cronograma bem apertado, não vejo muito problema em termos de participação na implementação durante a segunda fase".

"A Renata falou sobre chamar a governança, usar um outro nome, se você tiver Renata, se você tiver uma sugestão, me mande. Tem mais alguma coisa que eu acho que a Teresa falou sobre direitos das mulheres, a gente falou muito pouco sobre essas atividades de mulheres e jovens. Está lá incluída, inclusive, acho que as atividades que estão lá são um pouco mais concretas do que eram na primeira fase. Na proposta, há reuniões, jovens envolvidos nesse movimento de agentes comunitários, etc. Estão lá, mas a gente realmente não falou muito sobre isso. E se tiverem propostas para concretizar isso ainda mais, são bem-vindas".

Ligia, REM. respondeu sobre o aumento do desmatamento, o impacto disso no avanço da discussão da fase 2.

"Acho que é bem importante e relevante isso. De fato, está dando bastante trabalho para nós conseguirmos estabelecer os anos de performance para que a gente receba. Como vocês devem se recordar, a gente recebe o desembolso quando a gente não ultrapassa o gatilho e nesse momento nós estamos aqui, ao mesmo tempo que a gente conduz essa discussão com os beneficiários, nós estamos conduzindo uma discussão com os doadores pra gente poder

negociar isso. Qual o novo gatilho que vai ser estabelecido? Porque se a gente permanecer no gatilho anterior, a gente não performa e, a gente não vai receber por ano algum. Porque realmente, nos últimos 3 anos o desmatamento subiu bastante. Não só pela mudança da metodologia do INPE, porque agora é um pouco mais robusta, que inclui além de corte raso, as áreas degradadas e isso aumenta os quilômetros quadrados desmatados. Mas, a gente de fato percebeu o aumento de desmatamento no nosso território e no país todo. Então isso é um outro lado do trabalho que está sendo feito. Até por isso, peço desculpas pela minha ausência em muitos momentos que vocês tiveram aqui, mas a gente está caminhando no paralelo com essa parte do trabalho. E aí, amarrando isso um pouco, nas discussões do que vem pela frente, a gente percebeu que não foi claramente definido, a gente não conseguiu ganhar assim, engrossar o caldo para discutir uma estratégia específica de combate ao desmatamento e incêndios florestais em territórios indígenas. Na fase 1, lá no fortalecimento institucional, no subprograma de fortalecimento institucional, essa discussão naturalmente acontece lá dentro, porque lá que estão as organizações governamentais. Então, lá participa a FUNAI, participa o IBAMA, participa o INCRA, participa enfim, várias instituições e é lá que a gente deveria ter aprofundado essa discussão. Mas esses anos realmente foram bem difíceis para a gente conseguir aprofundar essa discussão. O estado avançou bastante no combate ao desmatamento das áreas, em áreas particulares, áreas públicas e áreas de conservação protegidas a gente ainda não tem estratégia, não definiu uma estratégia específica. Até por isso que se reforça a necessidade de manter recursos ainda no fortalecimento institucional, que é para que a gente possa apoiar o IBAMA, ICMBio, as brigadas ali, para que a gente mantenha o trabalho e que possa sim, conseguir um grupo de organizações e de beneficiários a discutir como é que vai ser o combate mais incisivo nessas áreas. Acho que isso é um avanço importante para o subprograma de fortalecimento institucional a discutir combate ao desmatamento e incêndios florestais em territórios indígenas e unidades áreas protegidas".

"Só para reforçar um pouquinho o que o Macel estava dizendo, o nosso prazo está apertado mesmo. Então, o nosso recurso da fase 1 do território indígena especialmente, eles começaram a chegar em 2020, a gente passou por pandemia e tal atrasou demais, a gente tem projeto começando agora que está assinando, então tem 1 ano de execução pela frente. Esses recursos eles irão provavelmente até meados de 2024, quando assim a gente vai estar fechando a fase um do programa REM. Então, qual é a perspectiva do KFW? Que os recursos cheguem por volta de junho, julho vão dizer assim, final do primeiro semestre do ano que vem. Para isso, o trâmite da documentação leva de 6 a 8 meses, entre o governo da Alemanha e estado de Mato Grosso, o governo da Alemanha e do Reino Unido e a contratação do gestor financeiro. Então tudo isso vai levar um tempo para que a gente esteja com o dinheiro em caixa para começar a executar no segundo semestre de 2024. Nós precisamos encaminhar a documentação até o final deste ano. Certo, são 6 a 8 meses aí de negociação, trâmites, fluxos, manda dinheiro, manda documento, é isso aí, vai mais ou menos esse tempo. Então, a gente começou nossas discussões pela governança indígena, depois dia 14, eu queria convidá-los, inclusive vai ser de

forma virtual, a reunião do fórum de mudanças climáticas. Aqui a gente não abriu todos os resultados e todas as discussões pois a gente sabia do tempo limitado, mas no fórum a gente vai tentar ver o quanto a gente consegue avançar. E lá vai ter um repasse de todos os subprogramas, então, talvez, algumas coisas fiquem mais claras por lá. Vai ter essa apresentação de resultados, a mesma coisa que o Macel está fazendo aqui, a gente vai conduzir dentro do fórum. Além do fórum, a gente tem outros conselhos, tem o conselho rural de desenvolvimento sustentável, tem o COGES que é o Conselho aqui da SEMA, depois que a gente fizer essa rodada inicial de discussões, o Macel vai dar uma formatada nisso, recolhendo e ouvindo todo mundo. E a gente encaminha isso para o Conselho Gestor de REDD+, que inclusive há uma cadeira guardada lá para FEPOIMT. A gente imagina que essa reunião deve acontecer no mais tardar, assim, na primeira quinzena de dezembro, tipo a primeira semana seria o máximo mesmo, para que a gente pudesse encaminhar a documentação esse ano, cumprindo o que o doador está pedindo. Na discussão do conselho gestor, a gente vai ter uma formatação do documento. Agora eu quero frisar o que foi dito aqui algumas vezes, a gente não cumpriu o que a gente planejou na primeira fase. A fase 2 é uma continuidade da fase um, ela não vem para engavetar o que a gente discutiu na fase 1 e começar outra coisa. Nós estamos continuando aquilo que a gente foi capaz de fazer até agora e o que está planejado, a gente ainda percebe várias lacunas. Como vocês elencaram aqui, tem várias lacunas ainda, a gente não conseguiu fazer tudo, então a fase 2 vem como continuidade. Então, essas sugestões macro são para enriquecer o que foi feito lá atrás, mas em momento algum para retirar, excluir algo que foi deliberado na assembleia geral, que foi deliberado dentro das oficinas. Está bem? Aí vocês vão poder perceber isso na hora que vocês receberem o documento. Então a gente tinha os 10 temas na repartição de benefícios, eles continuam existindo, eles vão estar aglutinados lá dentro de projetos indígenas, enfim, então é só mesmo para fazer esse esclarecimento e isso vale para todos os subprogramas. A gente está continuando, seja em um ou outro subprograma. E só adicionando mais uma coisa, no fortalecimento institucional, a gente mudou um pouco a cara dos eixos do subprograma de fortalecimento institucional aquele governamental, a gente está propondo colocar tudo em políticas, então lá vai aparecer a política de meio ambiente, política de combate a incêndios florestais, de mudanças climáticas, REDD+, política indígena. Então, a gente pode fazer as discussões necessárias para que as políticas sejam fortalecidas, mas é uma primeira proposta, uma discussão inicial e isso a gente vai passando por essas instâncias, até ver como é que isso vai se desenrolar até a discussão com o conselho de gestor de REDD+, e a gente pode ir dando a atualização para o grupo conforme as coisas vão andando. Mas fica o convite para o dia 14, a reunião do fórum vai ser virtual e acho que fica um pouquinho mais simples para todo mundo, das 14h às 16h".

Marcos Antônio Camargo Ferreira (REM/MT), destacou que o objetivo dessa reunião era exatamente conhecermos o resultado desse trabalho do Macel.

“Ele vai coletar todo esse material, todas as sugestões e falas, vai compilar isso. Eu acho que aí, Eliane, nós teremos o papel, esse resultado, desta primeira conversa de hoje. Na prática, essa preocupação em começar a segunda fase, seria ter um resumo dessa proposta inicial para disponibilizar”.

Eliane – FEPOIMT

“A gente está ciente que isso vai ser alterado, vai ser mudado. Mas eu digo que é pra gente ter um norte também, até pra repassar isso para as outras pessoas que não puderam estar aqui fisicamente, online às vezes, não flui. Então, seria interessante até pra gente, que está fazendo o nosso relatório de trabalho, apresentar na assembleia e a gente precisa incluir essas coisas também. A gente está fazendo praticamente um livro, então é interessante ter, por mais que eu tenha anotado, algumas coisas podem fugir, mas estou ciente que isso pode ser alterado e mudado”.

Marcos Antônio Camargo Ferreira (REM/MT)

“Então, só para a gente concluir, porque a ideia de acelerar isso é para que a gente não tenha um espaço entre a fase 1 e fase 2, vai ter ao mesmo tempo o recurso dos dois. Essa é uma das falas iniciais, então, basicamente é isso, eu agradeço as senhoras e senhores”.

Medino (Etnia Halíti Paresí)

“Atualmente sou o presidente do conselho fiscal da FEPOIMT, venho sempre cobrando da governança para gente se conhecer, mas até hoje tem uns que estão do lado de fora. A gente deveria ser informado, principalmente nós que moramos lá na aldeia, eu vivo lá da minha aldeia, moro na terra indígena Rio Formoso, da aldeia Jatobá, município de Tangará da Serra. Então, ontem nós tivemos uma reunião, mas eu pedi ao nosso presidente da FEPOIMT a possibilidade da gente participar. Eu sei que aqui é só a cadeira do conselho da governança, mas é importante uma liderança estar ouvindo o que está sendo discutido para os povos indígenas que são beneficiados. Então, quando eu fico no meu cantinho, eu fico gravando na minha cabeça. É a primeira vez que estou participando da reunião de governança, a gente não faz parte, mas a gente tem uma liderança, a gente é representante do povo da gente. E todas as coisas que for discutido tem que levar para a sua comunidade o que está sendo discutido, o que está entrando de recurso. Então, todas essas coisas a gente tem que estar ciente. Eu, como controle social da FEPOIMT sempre venho cobrando, porque é meu costume, desde a minha infância. Eu comecei a trabalhar como controle social, na saúde e até hoje. Então só quero agradecer. Muito obrigado por aceitarem a minha participação, para estar ouvindo o que que está sendo discutido é uma coisa muito importante, mas você tem que saber e entender. Eu sou uma pessoa que eu não sou estudado, mas inteligência eu tenho. Eu ouço o que vocês estão discutindo e eu coloco na minha cabeça, né. Então é isso. Quero dizer, muito obrigado”.

Luis Tserewatsitsi – Regional Xavante, sobre as bases e associações locais.

"O REM pode falar que tem que priorizar, mas se não está preparado, como é que nós vamos ter acesso, às bases vão ter acesso desse montante de valor mínimo? Outra coisa, a ampliação de recursos para a implantação de brigadista na terra indígena, porque aqui falamos, muitos falaram, o Angelton falou sobre o peixe morto, nos afluentes dos rios deles lá e que nem sabe como investigar. Hoje eu quero dar um exemplo: na minha terra, no meu município, lá no meu reduto, os fazendeiros estão assim de orelha em pé, porque nós falamos que implantamos uma brigada e que nossos agentes estão com aplicativo. Na rádio da nossa cidade eu falei: ô fazendeiro, é comunicado para vocês, nós temos hoje um pequeno grupo que vai estar falando que vocês colocaram o fogo, assim que surgir fumaça, já estamos com GPS na mão. Eles já sabem medir e vão mandar a multa para vocês. Então, os brigadistas hoje estão trabalhando pouco, temos o aplicativo. Esses brigadistas estão tendo uma visualização boa dos nossos municípios pequenos, Xavantina, Barra do Garças e vão para lá unidos. E toda vez que esses bombeiros vão para lá, eles são chamados, convocados. Lembrando também o nome do REM, está lá na porta do carrinho, adquirido com recurso do REM MT. Nós Xavante somos a maior população indígena de Mato Grosso, temos 9 terras indígenas, 14 municípios, beirando a quase 30.000 Xavante. Aí é que eu estou querendo pedir mais recursos. Estou falando por lá, mas tem várias terras igual as terras indígenas Xavante, como os Chiquitano, Arara e Gavião, é igual nas terras deles, nos territórios deles, está tudo sem identificação de onde está vindo o peixe morto, porque os peixes morreram? Então, está sem investigação. Eu acho que se esse recurso é para fazer jus, né, vamos aplicar lá, para isso nós temos".

"Minha pergunta é para o Dante me ouvir entre outros parceiros que estão na live conosco. Até quando vai sair esse fortalecimento do apoio institucional? Quer dizer, vai estar em ação na caixa da FEPOIMT para fortalecer os nossos recursos humanos, que saco vazio não pára em pé. Então esse seria meu pedido e, claro, sentar com o governo do estado. Será que é só para cesta básica que serve esse governo para nós? E por que não fazer roça no fundo de quintais, eles apoiar. Quando o Soilo nosso parente deixou de ser superintendente, eu nunca vi a face do rosto do representante da SAI".

Crisanto - FEPOIMT

"No meu município nós estamos enfrentando reação adversa do prefeito, primeiro pela ação da FEPOIMT junto com o Ministério Público da União sobre a criação das escolas indígenas, sem estrutura, sem ponte, sem construção dessa escola, sem preparo do cidadão indígena. Assim eu assumindo a fala da irmã Teresa, do próprio Angelton, nós queremos emprego dentro das nossas terras, é isso que as lideranças sempre falam, mas não fala explicitamente como eu estou falando. Essa brigada indígena tá dando emprego, renda, dignidade para as duas terras Xavantes. Mas o que eu quero colocar aqui para nós seguinte, por causa da nucleação das escolas foi comprado um dos meus irmãos, porque estamos, éramos seis, hoje somos cinco, para ele dizer para mim para me retirar esse documento da FEPOIMT, que ele estava sendo

nomeado como segunda pessoa na educação. E esse mesmo prefeito, quando viu a brigada, levou isso para a nossa Secretária e para o nosso Secretário adjunto. Essa brigada acabou socorrendo a fazenda vizinha do prefeito. Ele fez o maior elogio, e onde comecei a refletir assim, vale a pena a gente insistir, que não é só o agronegócio. Não, "pelar a terra" com desmatamento, vale a pena a gente insistir pela floresta em pé, com essa ausência do estado brasileiro, a ausência das 3 esferas de governo, federal, Estadual e municipal. É essa palavra positiva. Porque nós precisamos da nossa floresta em pé, os peixes já se foram. Eu acho que você não tinha dimensão quando você me ajudava quando você falava assim, é necessário, Pantanal está queimando, foco de incêndio está para todo lado. Eu acho que hoje, eu quero uma dessas unidades avançadas na minha aldeia, não é porque eu quero, é porque eu sei que eu vou cuidar, se eu não cuido, eu sei que meus irmãos vão cuidar. Então, as lideranças indígenas não tem nepotismo, a família é base de alicerce para que as coisas andem bem. É diferente dessa percepção relativa ao nepotismo no cargo público, então é esse um lado positivo que eu estou trazendo para nós".

Marcos Antônio Camargo Ferreira (REM/MT)

Agradeceu a fala de todos e apresentação do Macel e considerou encerrado esse primeiro informativo do Programa REM MT Fase II da reunião extraordinária da governança indígena.



Figura 5 - Encerramento da 8ª Reunião da Comissão de Governança Indígena do STI